

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ/MF nº 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2016

ÍNDICE

PROPOSTAS	03
ANEXO I - COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA – Item 10 do Formulário de Referência.....	09
ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO – Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.....	33
ANEXO III - REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES- Item 13 do Formulário de Referência.....	39
ANEXO IV - INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.....	74

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF nº 50.746.577/0001-15

NIRE 35.300.177.045

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 10 horas, na sede da Companhia:

Matéria Ordinária:

(i) Analisar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Propomos que sejam aprovadas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgadas em 18 de fevereiro de 2016 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do sistema Empresas.NET, e em 23 de fevereiro de 2016 publicadas nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial” e “Folha de São Paulo” (as “Demonstrações Financeiras”), considerando a proposta de destinação de resultados descrita no item (ii) abaixo.

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Destinar o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Propomos que o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 tenha a destinação abaixo prevista, a qual se encontra detalhada no **Anexo II** a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09.

O lucro líquido de R\$ 666.584.007,68 (seiscentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, sete reais e sessenta e oito centavos), será destinado da seguinte forma: (i) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 166.646.001,92 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e um reais e noventa e dois centavos); (ii) dividendos complementares no montante de R\$ 255.963.719,99 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e dezenove reais e noventa e nove centavos); e (iii) constituição de Reserva Estatutária (Reserva Especial), no montante de R\$ 243.974.285,77 (duzentos e quarenta e três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

A Administração propõe o pagamento de dividendos no montante de R\$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais) composto da seguinte forma: (i) R\$ 422.609.721,91 (quatrocentos e vinte e dois milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), proveniente dos dividendos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (ii) R\$ 62.390.278,09 (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e setenta e oito reais e nove centavos), proveniente da conta de reservas de lucros a realizar.

Do valor proposto pela Administração para pagamento de dividendos, o valor de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), foi liquidado a título de dividendos intercalares, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016, e o valor remanescente de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), deverá ser liquidado em até 60 (sessenta) dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, conforme dispõe o Artigo 205, § 3º da Lei 6.404/76.

(iii) Ratificar o pagamento de dividendos intermediários, realizado pelo Conselho de Administração da Companhia no exercício de 2015.

Conforme dispõe o Artigo 31, § 1º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em 10 de setembro de 2015 o pagamento de

dividendos intermediários no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), contra reservas de lucros retidos em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 204, § 2º da Lei 6.404/76.

(iv) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016.

Atendendo ao disposto no Artigo 152 da Lei 6.404/76¹ bem como o Artigo 12, inciso I, da Instrução CVM 481/09, propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016 e a se encerrar em 31 de dezembro de 2016, seja no montante de até R\$ 28.923.415,99 (vinte e oito milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos), sendo que (i) R\$ 19.241.482,66 (dezenove milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos) corresponde à remuneração fixa, remuneração variável, encargos e benefícios, e (ii) R\$ 9.681.933,33 (nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) corresponde ao reconhecimento do valor justo das opções de compra de ações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações no exercício de 2016.

Informamos também que na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais), tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 23.188.008,83 (vinte e três milhões, cento e oitenta e oito mil, oito reais e oitenta e três centavos). A diferença entre o valor aprovado e o valor efetivamente realizado decorre principalmente do fato da Companhia ter segregado parte dos seus administradores na sua controladora Cosan Limited.

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12, II, da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no **Anexo III** a esta proposta.

(v) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.

¹ Atendendo também o entendimento do Colegiado da CVM no âmbito do processo CVM nº RJ2014/6629

Conforme dispõe o Estatuto Social da Companhia e a legislação em vigor, sugerimos, para compor o Conselho Fiscal, a reeleição dos seguintes membros que terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2016:

NADIR DANCINI BARSANULFO, brasileira, divorciada, advogada, titular e portadora da cédula de identidade RG/SSP/SP 11.767.161-7 e inscrita no CPF/MF sob o nº 276.175.488-34, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, **como membro titular** e como seu suplente **SÉRGIO ROBERTO FERREIRA DA CRUZ**, brasileiro, divorciado, economista, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/RJ 3.652.154-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 352.453.107-59, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço residencial Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, 1.100, bloco 1, apto. 2202;

CELSO RENATO GERALDIN, brasileiro, casado, contador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 19.924.565 e inscrito no CPF/MF sob o nº 154.808.738-05, residente e domiciliado na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Limeira, 222, 5º andar, sala 507, **como membro titular** e como seu suplente **MARCOS AURÉLIO BORGES**, brasileiro, casado, contador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 21.888.693 e inscrito no CPF/MF sob o nº 131.026.448-13, residente e domiciliado na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Limeira, 222, 5º andar, sala 507;

ALBERTO ASATO, brasileiro, casado, administrador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 6.232.223-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 710.704.198-34, residente e domiciliado na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Rua Raimundo Recco, 212, **como membro titular** e como seu suplente **EDISON ANDRADE DE SOUZA**, brasileiro, casado, contador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 6.157.469-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 710.864.398-72, residente e domiciliado na Cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Fazenda Nova América, s/nº, Água da Aldeia;

MARCELO CURTI, brasileiro, casado, economista, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 10.306.522 inscrito no CPF/MF sob o nº 036.305.588-60, residente e

domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Marquês de São Vicente, 446, conjuntos 913 e 914, Barra Funda, **como membro titular** e como seu suplente **EDGARD MASSAO RAFFAELLI**, brasileiro, casado, administrador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 12.270.465 e inscrito no CPF/MF sob o nº 050.889.138-85, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Marquês de São Vicente, 446, conjuntos 913 e 914, Barra Funda; e

JOSÉ MAURICIO D'ISEP COSTA, brasileiro, casado, contador, titular e portador da cédula de identidade RG 669.745 SPTC/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 915.613.707-97, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua André Dreyfus, 180, Casa 01, Perdizes, **como membro titular** e como seu suplente **NORTON DOS SANTOS FREIRE**, brasileiro, casado, contador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 7.186.759-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 900.432.518-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Loureiro da Cruz, 296, apto 04, Aclimação.

No **Anexo IV** a esta proposta, a Companhia apresenta as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência relativamente aos candidatos indicados pela administração da Companhia, conforme estabelece o artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Informações Gerais:

Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, por si ou por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelos serviços de ações escriturais da Companhia, e/ou agente de custódia, consoante o artigo 126 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da Assembleia, conforme indicado no respectivo Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e comprovante da

titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;

- Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e comprovante da titularidade das ações de emissão da 10 Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;

- Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia.

Até 02 (dois) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia em questão, em conformidade com o artigo 11 do Estatuto Social, o Acionista que será representado por procurador deverá depositar na sede social os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes na lei e no Estatuto Social da Companhia. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, aos cuidados de Ana Clara Machado Correa, na sede da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 4º andar, sala 1, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e as cópias poderão ser enviadas ao e-mail: dep.ri@cosan.com.

Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de mandato e de representação no prazo estabelecido no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, seus representantes ou procuradores poderão participar da Assembleia, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

São Paulo (SP), 30 de março de 2016

A Administração

Cosan S.A. Indústria e Comércio.

ANEXO I - COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

O exercício social da Companhia segue as seguintes definições:

- **31/12/2015** - exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- **31/12/2014** - exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014 e encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- **31/12/2013** - exercício social de 9 meses, iniciado em 1º de abril de 2013 e encerrado em 31 de dezembro de 2013;

10.1 – Comentários dos diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita operacional líquida	8.451.901	8.146.863
Lucro operacional	2.528.580	2.343.504
Lucro líquido	968.263	643.292
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.863.183	1.000.248
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	3.370.960	1.689.927
Empréstimos e financiamentos	9.755.703	7.397.602
Dívida líquida (1)	6.384.743	5.707.675
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	8.818.276	8.818.276
<u>Rentabilidade</u>		
Lucro líquido / Patrimônio líquido	10,9%	7,3%
Liquidez corrente (2)	1,54	1,34

(1) Dívida líquida consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos de valor mobiliário de empréstimos e financiamentos.

(2) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida atingiu R\$ 8,5 bilhões, crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior. O lucro operacional foi de R\$ 2,5 bilhões, crescimento de 7,9%, enquanto que as dívidas líquidas somaram R\$ 6,4 bilhões ao final desse exercício, contra R\$ 5,7 bilhões no final do exercício social de 31 de dezembro de 2014.

ii. Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita operacional líquida	8.146.863	6.128.828
Lucro operacional	2.343.504	1.698.042
Lucro líquido	643.292	523.247
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.000.248	1.151.222
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.689.927	1.562.531
Empréstimos e financiamentos	7.397.602	8.830.159
Dívida líquida (1)	5.707.675	7.267.628
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	8.818.276	9.736.858
<u>Rentabilidade</u>		
Lucro líquido / Patrimônio líquido	7,3%	5,4%
Liquidez corrente (2)	1,34	1,34

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida atingiu R\$ 8,1 bilhões, crescimento de 32,9% em relação ao ano anterior. O lucro operacional foi de R\$ 2,3 bilhões, crescimento de 38,0%, enquanto que as dívidas líquidas somaram R\$ 5,7 bilhões ao final desse exercício, contra R\$ 7,3 bilhões no final do exercício social de 31 de dezembro de 2013.

A Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para manter o seu plano de negócios, para desenvolver suas atividades e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Abaixo, apresentamos os respectivos *ratings* de crédito da Companhia:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Fitch Ratings	BB+	BB+	BB+
Moody's	Ba2	Ba2	Ba2
S&P (Standard & Poor's)	BB	BB	BB

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações:

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

Estrutura de capital

	31/12/2015	31/12/2014
Capital de terceiros (total de empréstimos e financiamentos)	52,4%	45,6%
Capital próprio (patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores)	47,6%	54,4%

Em milhares de R\$

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido (Atribuído aos acionistas controladores)	8.846,2	8.818,3
Endividamento bruto	9.755,7	7.397,6
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	3.371,0	1.689,9
Instrumentos financeiros derivativos	1.552,4	546,9
Dívida líquida	4.832,3	5.160,7
Dívida líquida/PL	55%	59%

A Companhia encerrou o ano fiscal de 31 de dezembro de 2015 com endividamento bruto de R\$ 9.755,7 milhões, caixa de R\$ 3.371,0 milhões e instrumentos derivativos de R\$ 1.552,4 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 4.832,3 milhões. Houve uma redução no endividamento líquido de 6,4% em relação ao endividamento líquido em 31 de dezembro de 2014, devido, principalmente, ao aumento do caixa operacional compensado pela variação cambial e novas captações, principalmente, debêntures. O patrimônio líquido é

de R\$ 8.846,2 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 55%.

O patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015 comparado com 31 de dezembro de 2014 não sofreu alterações significativas, apesar dos movimentos que aconteceram no período.

ii. **Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013**

Estrutura de capital

	31/12/2014	31/12/2013
Capital de terceiros (total de empréstimos e financiamentos)	45,6%	47,6%
Capital próprio (patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores)	54,4%	52,4%

Em milhares de R\$

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido (atribuído aos acionistas controladores)	8.818,3	9.736,9
Endividamento bruto	7.397,6	8.830,2
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.689,9	1.562,5
Dívida líquida	5.707,7	7.267,6
Dívida líquida/PL	65%	75%

A Companhia encerrou o ano fiscal de 31 de dezembro de 2014 com endividamento bruto de R\$ 7.397,6 milhões e caixa de R\$ 1.689,9 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 5.707,7 milhões. Houve uma redução no endividamento líquido de 21,5% em relação ao endividamento líquido em 31 de dezembro de 2013, devido, principalmente, a liquidação de debêntures no montante de R\$ 1.464,2 milhões no período. O patrimônio líquido é de R\$ 8.818,3 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 65%.

A redução no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014 comparado com 31 de dezembro de 2013 foi impactada pela reestruturação societária com a cisão da Cosan Logística no montante de R\$ 975,9 milhões, além da distribuição de dividendos do exercício anterior, parcialmente compensado pelo aumento do lucro líquido de 12 meses contra 9 meses do exercício anterior.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas na lei das Sociedades por Ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida consolidada e do capital circulante líquido da Companhia:

R\$ mil		31/12/2015	31/12/2014
Vencimentos	Endividamento bruto (2015)	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida
Curto Prazo (até 1 ano)	(1.230.518)	2.140.442	833.593
Longo Prazo	(8.525.185)	(8.525.185)	(6.541.268)
Total Dívida Líquida Consolidada	(9.755.703)	(6.384.743)	(5.707.675)

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa e TVM ⁽¹⁾	1.794.863	1.718.461
Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(2.114.535)	(1.688.875)
Capital circulante líquido ("Capital de Giro")	(319.672)	29.586

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida

A Companhia possui uma situação favorável para o cumprimento dos seus compromissos financeiros de curto prazo, haja vista que possui caixa bruto maiores que dívidas de curto prazo em R\$ 2.140,4 milhões e o capital de giro é negativo, no montante de R\$ 319,8 milhões.

A administração acredita que as obrigações de longo prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com (i) a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 1.863,2 milhões no exercício findo em 31/12/15; (ii) além de eventuais levantamentos de dívidas considerando projetos de investimentos já existentes ou novos. Vale ressaltar que o grupo possui acesso ao mercado internacional de capitais, onde realizou captações de recursos.

ii. Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida consolidada e do capital circulante líquido da Companhia:

R\$ mil			31/12/2014	31/12/2013
Vencimentos	Endividamento bruto (2014)	Caixa Bruto	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida
Curto Prazo (até 1 ano)	(856.334)	1.689.927	833.593	574.935
Longo Prazo	(6.541.268)	-	(6.541.268)	(7.842.563)
Total Dívida Líquida Consolidada	(7.397.602)	1.689.927	(5.707.675)	(7.267.628)

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa e TVM ⁽¹⁾	1.718.461	1.984.110
Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(1.688.875)	(1.649.661)
Capital circulante líquido ("Capital de Giro")	29.586	334.449

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida

A Companhia possui uma situação favorável para o cumprimento dos seus compromissos financeiros de curto prazo, haja vista que possui caixa bruto maiores que dívidas de curto prazo em R\$ 1.718,5 milhões, assim como o capital de giro é positivo, no montante de R\$ 29,6 milhões.

A administração acredita que as obrigações de longo prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com *(i)* a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 1.000,2 milhões no exercício findo em 31/12/14.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

A Companhia e suas controladas utilizam diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades, sendo que possuem linhas de crédito, não compromissadas, com bancos comerciais de primeira linha no Brasil e no exterior. Para o investimento em ativos não-circulantes, a Companhia e suas controladas utilizaram linhas de financiamento do BNDES e

operações no mercado internacional e no mercado local, além de parcerias estratégicas com os bancos locais e internacionais.

Em relação às dívidas mercado de capitais (*Sênior Notes*, Bônus perpétuos e Debêntures), o saldo em 31/12/2015 era de R\$ 6.059,5 milhões.

Acreditamos que nossa liquidez e nossa geração de caixa das operações são suficientes para suportar nossa necessidade de capital de giro.

Para maiores informações acerca de nossos contratos financeiros e nosso endividamento, veja nota explicativa 17 das demonstrações financeiras da Companhia.

ii. **Período comparativo de 31/12/2014 e 31/03/2013**

A Companhia e suas controladas utilizam diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades, sendo que possuem linhas de crédito, não compromissadas, com bancos comerciais de primeira linha no Brasil e no exterior. Para o investimento em ativos não-circulantes, a Companhia e suas controladas utilizaram linhas de financiamento do BNDES e emissões privadas no mercado internacional, além de parcerias estratégicas com os bancos locais e internacionais.

Em relação às dívidas mercado de capitais (*Sênior Notes*, Bônus perpétuos e Debêntures), o saldo em 31/12/2014 era de R\$ 4.150,7 milhões.

Acreditamos que nossa liquidez e nossa geração de caixa das operações são suficientes para suportar nossa necessidade de capital de giro.

Para maiores informações acerca de nossos contratos financeiros e nosso endividamento, vide item 10.1.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Em caso de existência desta deficiência a administração entende que a companhia tem acesso as mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

(a) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um endividamento bruto de R\$ 9.755,7 milhões. A dívida de curto prazo, incluindo a porção corrente da dívida de longo prazo e os respectivos juros provisionados, representava 12,6% do endividamento bruto total. Adicionalmente, o endividamento em moeda estrangeira (dólares norte americanos e libras esterlina), em 31 de dezembro de 2015, representava 63,6% do endividamento total (para os quais a Companhia possui proteção), enquanto os demais 36,4% estavam expressos em moeda local (em milhares de Reais).

<u>R\$ mil</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Senior Notes Due 2018	875.376	874.494
Senior Notes Due 2023	2.009.296	1.352.796
BNDES	1.284.818	1.396.774
Bônus perpétuos	1.976.673	1.344.760
Finame	164	224
Resolução 4131	1.039.189	761.838
Empréstimos no exterior	312.940	224.047
EIB	869.014	691.463
Debêntures	1.198.190	578.615
Finep	137.133	165.032
Capital de giro	35.147	
Conta garantida	17.763	
Outros	-	7.559
TOTAL	9.755.703	7.397.602

ii. Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um endividamento bruto de R\$ 7.397,6 milhões. A dívida de curto prazo, incluindo a porção corrente da dívida de longo prazo e os respectivos juros provisionados, representava 11,6% do endividamento bruto total. Adicionalmente, o endividamento em moeda estrangeira (dólares norte americanos e libras esterlina), em 31 de dezembro de 2014, representava 59,1% do endividamento total (para os quais tem proteção), enquanto os demais 40,9% estavam expressos em moeda local (em milhares de Reais).

R\$ mil	31/12/2014	31/12/2013
Senior Notes Due 2018	874.494	873.589
Senior Notes Due 2023	1.352.796	1.086.716
BNDES	1.396.774	1.212.246
Bônus perpétuos	1.344.760	1.186.221
Notas de crédito	-	393.646
Finame	224	706.214
Resolução 4131	761.838	413.477
Arrendamento	-	1.068
Empréstimos no exterior	224.047	209.340
EIB	691.463	633.223
Debêntures	578.615	2.025.315
Finep	165.032	89.104
Outros	7.559	-
TOTAL	7.397.602	8.830.159

(b) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com instituições financeiras que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de nossas atividades por meio do financiamento de algumas de nossas principais transações financeiras. Em 31/12/2015 a Companhia possuía o valor de R\$ 370,6 milhões em linhas contratadas e ainda não desembolsadas junto ao BNDES.

(c) grau de subordinação entre as dívidas

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

As dívidas emitidas no mercado internacional de capitais são classificadas como “*senior unsecured*”, sendo que a Companhia, ou suas controladas, ainda possuem um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são garantidos por notas promissórias ou avais da Companhia e de suas controladas em conjunto e/ou dos acionistas controladores, ou ainda por fianças bancárias contratadas no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, não constavam empréstimos e financiamentos com garantias reais, não havendo grau de subordinação entre as demais dívidas da Companhia e suas controladas.

ii. **Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013**

As dívidas emitidas no mercado internacional de capitais são classificadas como “*senior unsecured*”, sendo que a Companhia, ou suas controladas, ainda possuem um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são garantidos por notas promissórias ou avais da Companhia e de suas controladas em conjunto e/ou dos acionistas controladores, ou ainda por fianças bancárias contratadas no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, não constavam empréstimos e financiamentos com garantias reais, não havendo grau de subordinação entre as demais dívidas da Companhia e suas controladas.

(d) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas anualmente a determinadas cláusulas restritivas (“*Covenants*”) existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos com base em determinados indicadores financeiros, os quais foram plenamente observados ao final do ano fiscal de 31 de dezembro de 2015 (assim como nos exercícios findos anteriores).

A Companhia apresenta cláusulas usuais para estes tipos de financiamentos que preveem, entre outros, restrições em relação às movimentações societárias que impliquem em perda de controle, inadimplência, falência, insolvência e distribuição de proventos acima de determinado montante e ainda disposições de vencimento antecipado de determinados contratos na hipótese de inadimplemento de outros contratos dentro do grupo.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A maioria das dívidas da Companhia, ou de suas controladas, é destinada a propósitos específicos como, por exemplo, linhas de BNDES para financiamento de ativos não circulantes, emissões privadas nos mercados nacionais e internacionais para refinanciamento de dívidas e linhas de curto prazo para o financiamento do capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante de R\$ 370,6 milhões. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$ 628,5 milhões.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Conforme já mencionado anteriormente, o exercício social da Companhia segue as seguintes definições:

- **31/12/2015** - exercício social de 12 meses iniciado em 1º de janeiro de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- **31/12/2014** - exercício social de 12 meses iniciado em 1º de janeiro de 2014 e encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- **31/12/2013** - exercício social de 9 meses, iniciado em 1º de abril de 2013 e encerrado em 31 de dezembro de 2013;

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

Receita Líquida

Em milhões de R\$	31/12/2015		31/12/2014		AH
	AV	%	AV	%	%
Receita Líquida Consolidada	8.451,90	100%	8.146,80	100%	4%
Raízen Combustíveis	61.412,97	N/A	55.733,90	N/A	10%
Raízen Energia	11.080,85	N/A	9.263,90	N/A	20%
Comgás	6.597,02	78%	6.387,10	78%	3%
Radar	102,71	1%	157,60	2%	-35%
Lubrificantes	1.751,73	21%	1.602,20	20%	9%
Outros Negócios	0,44	0%	0,00	0%	N/A
Ajustes/Eliminações	0,00	N/A	0,00	N/A	N/A
Desconsolidação IFRS 11	-72.493,82	N/A	-64.997,90	N/A	N/A
Operações Descontinuadas (Rumo)	0,00	N/A	659,70	N/A	-100%

A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$8,5 bilhões no exercício social findo em 31/12/2015, comparado a R\$8,1 bilhões no exercício findo em 31/12/2013.

Negócios que compõem o portfólio da Cosan

1. Raízen (controlada em conjunto) e não consolidada nos resultados da Cosan

▪ *Raízen Combustíveis*

A Raízen Combustíveis encerrou o exercício social findo em 31/12/2015 com uma receita líquida de R\$ 61,4 bilhões, 10% superior à receita líquida do exercício fiscal findo em 31/12/2014. A Companhia apresentou um aumento de 1% do volume vendido que, em conjunto com o aumento do preço médio dos produtos vendidos no ano, contribuiu para o

crescimento da receita líquida. O exercício findo em 31/12/2014 apresentou receita líquida totalizando R\$ 55,7 bilhões.

▪ *Raízen Energia*

A Raízen Energia segue operacionalmente o ano safra que se inicia anualmente em 1º de abril e termina em 31 de março do ano seguinte. Desta forma, as informações operacionais e financeiras para o exercício fiscal findo em 31/12/2015 não representam a safra 2015/16 completa.

No ano, a receita líquida da Raízen Energia, composta principalmente pela venda de açúcar, etanol e de energia elétrica, cresceu 20% e atingiu R\$ 11,0 bilhões, impulsionado principalmente pelos melhores preços de vendas praticados no período, quando comparado ao ano anterior.

II. Comgás

No exercício findo em 31/12/2015, a Comgás apresentou uma receita líquida de R\$ 6,6 bilhões, composta pela venda de gás natural, receitas de construções e outros. No exercício fiscal findo em 31/12/2014 a receita líquida foi de R\$ 6,4 bilhões, crescimento de 3% entre os períodos, ainda que os volumes vendidos tenham sido menores.

III. Radar

A receita líquida da Radar no exercício findo em 31/12/2015 foi 35% menor, quando comparada ao ano anterior, atingindo R\$ 102,7 milhões, principalmente pelo menor volume de venda de propriedades agrícolas no período. No exercício findo em 31/12/2014, a receita foi de R\$ 157,6 milhões.

IV. Lubrificantes

A receita líquida pela venda de lubrificantes, revenda de óleo básico e outros produtos e serviços da Lubrificantes totalizou R\$ 1,8 bilhão no exercício findo em 31/12/2015, crescimento de 9% quando comparado ao exercício findo em 31/12/2014. O aumento se deve parcialmente pelo maior foco em venda de produtos *premium* e pela receita das operações internacionais, quando medidas em reais, ainda que o volume tenha sido 6% inferior que o ano anterior.

Custo Operacional

Em milhões de R\$	31/12/2015		31/12/2014		AH
	AV		AV		%
		%		%	%

Custo dos Produtos e Serviços	-5.923,32	100%	-5.803,30	100%	2%
Raízen Combustíveis	-58.196,26	N/A	-52.934,20	N/A	10%
Raízen Energia	-8.904,46	N/A	-7.735,40	N/A	15%
Comgás	-4.580,20	77%	-4.494,90	77%	2%
Radar	-17,98	0%	-60,60	0%	-70%
Lubrificantes	-1.322,33	22%	-1.247,80	22%	6%
Outros Negócios	-2,81	0%	0,00	0%	N/A
Ajustes/Eliminações	0,00	N/A	0,00	N/A	N/A
Desconsolidação IFRS 11	67.100,72	N/A	60.669,60	N/A	N/A
Operações Descontinuadas (Rumo)	0,00	N/A	-432,80	N/A	-100%

O Custo dos Produtos e Serviços prestados pela Cosan totalizou, no exercício findo em 31/12/2015, R\$ 5,9 bilhões, comparado a R\$ 5,8 bilhões em 31/12/2014, um aumento de 2%.

I. Raízen

- *Raízen Combustíveis*

Em 31 de dezembro de 2015 o custo operacional de Raízen Combustíveis totalizou R\$ 58,2 bilhões, crescimento relacionado ao maior volume vendido e aos preços praticados pela Petrobras no diesel e na gasolina e pelo aumento do preço do etanol no período.

- *Raízen Energia*

A Raízen Energia apresentou custo operacional de R\$ 8,9 bilhões no exercício findo em 31/12/2015, 15% superior que o reportado no exercício findo em 31/12/2014, que foi de R\$ 7,7 bilhões. Isso é devido principalmente à maior moagem e volumes vendidos do período, bem como por maior custo de cana de terceiros, determinada pelo Consecana.

II. Comgás

O custo dos produtos vendidos pela Comgás totalizou R\$ 4,6 bilhões no exercício findo em 31/12/2015, 2% maior que o reportado no exercício findo 31/12/2014, que foi de R\$ 4,5 bilhão em virtude dos maiores custos de Gás Natural.

III. Radar

No exercício findo em 31/12/2014, o custo dos serviços prestados foi de R\$ 18,0 milhões e está atrelado à operação de venda de propriedades ao longo do exercício social. Para o exercício findo em 31/12/2014, o custo dos serviços prestados foi de R\$ 60,6 milhões. Vale ressaltar que todos os custos atrelados ao arrendamento de terras são incorridos pelo operador das propriedades agrícolas.

IV. Lubrificantes

Em 31/12/2015 o custo dos produtos vendidos pela Lubrificantes atingiu R\$ 1,3 bilhões, 6% superior ao exercício findo em 31/12/2014.

Lucro Bruto

Com estes resultados, o exercício findo em 31/12/2015 apresentou lucro bruto de R\$ 2,5 bilhões no ano, reflexo principalmente da melhor performance dos negócios.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Em milhões de R\$	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	AH
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	%
Despesas com vendas, gerais e administrativas e Outras Receitas	-1.271,50	100%	-1.435,50	100%	-11%

As despesas com vendas, gerais e administrativas e outras receitas totalizou no exercício social findo em 31/12/2015 R\$ 1,3 bilhões, 11% inferior ao reportado no exercício findo em 31/12/2014, que foi de R\$ 1,4 bilhões, em virtude dos esforços da companhia em controlar e gerir despesas.

Resultado Financeiro

Em milhões de R\$	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	AH
		%		%	%
Resultado Financeiro	- 1.128,2	100%	- 945,9	100%	19%

O resultado financeiro no exercício findo em 31/12/2015 foi uma despesa líquida de R\$ 1.128,2 milhões, 19% superior à despesa líquida de R\$ 945,9 milhões em 31/12/2014.

Em 31/12/2015, os encargos da dívida bruta aumentaram em comparação com exercício anterior, gerando um aumento de 12,5% no custo da dívida na comparação entre períodos, compensada por maiores rendimentos de aplicações financeiras.

O resultado negativo de variação cambial reflete a valorização do Dólar frente ao Real, e seus impactos nas dívidas denominadas nessa moeda, causando um efeito não-caixa no resultado

financeiro consolidado. No entanto, cabe ressaltar que todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira estão devidamente protegidas, por meio de derivativos e câmbio.

Imposto de renda e contribuição social

Em milhões de R\$	31/12/2014	AV	31/03/2014	AV	AH
	%		%		%
Imposto de Renda e Contribuição Social	36,9	100	-14,5	100	N/A

A receita total com Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS) em 31/12/2015 foi de R\$ 36,9 milhões, representando uma alíquota efetiva de 4,9%.

Lucro Líquido

Em milhões de R\$	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	AH
	%		%		%
Lucro Líquido	666,58	100%	292,00	100%	128%
Raízen Combustíveis	1.237,98	N/A	1.045,60	N/A	18%
Raízen Energia	311,31	N/A	156,60	N/A	99%
Comgás	618,39	93%	531,10	182%	16%
Radar	100,87	15%	180,60	62%	-44%
Lubrificantes	-46,48	-7%	34,90	12%	N/A
Outros Negócios	666,58	100%	292,00	100%	N/A
Ajustes/Eliminações	-672,77	N/A	-746,60	N/A	-10%
Desconsolidação IFRS 11	-1.549,29	N/A	-1.202,20	N/A	N/A
Operações Descontinuadas (Rumo)	0,00	N/A	92,70	N/A	-100%

A Cosan encerrou o exercício social findo em 31/12/2015 com lucro líquido de R\$ 666,6 milhões, comparado a R\$ 292,0 milhões em 31/12/2014, em virtude principalmente de um maior lucro na Comgás, maior equivalência patrimonial da Raízen e efeito pontual com impacto positivo no valor de R\$ 311,5 milhões referente ao reconhecimento no resultado de créditos de ações indenizatórias.

ii. **Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013**

Receita Líquida

Em milhões de R\$	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	AH
	%		%		%
Receita Líquida Consolidada	8.146,8	100%	6.878,20	100%	18%

Raízen Combustíveis	55.733,9	N/A	37.580,60	N/A	48%
Raízen Energia	9.263,9	N/A	6.850,40	N/A	35%
Comgás	6.387,1	78%	4.888,90	71,1	31%
Radar	157,6	2%	54,7	0,8	188%
Lubrificantes	1.602,2	20%	1.185,20	17,2	35%
Outros Negócios	0,0	0%	0	0	N/A
Ajustes/Eliminações	0,0	0%	0	0	N/A
Desconsolidação IFRS 11	-64.997,9	N/A	-44.431,00	N/A	46%
Operações Descontinuadas (Rumo)	659,7	N/A	749,4	10,9	-12%

A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$8,1 bilhões no exercício social findo em 31/12/2014, comparado a R\$6,9 bilhões no exercício findo em 31/12/2013.

Negócios que compõem o portfólio da Cosan

I. Raízen

- *Raízen Combustíveis*

A Raízen Combustíveis encerrou o exercício social findo em 31/12/2014 com uma receita líquida de R\$ 55,7 bilhões, em que pese o exercício fiscal findo em 31/12/2013 ser de 9 meses comparado ao exercício fiscal de 12 meses findo em 31/12/2014. A Companhia apresentou um aumento de 7,8% do volume vendido que, em conjunto com o aumento do preço médio dos produtos vendidos no ano, contribuiu para o crescimento da receita líquida. O exercício findo em 31/12/2013 apresentou receita líquida totalizando R\$ 37,6 bilhões.

- *Raízen Energia*

A Raízen Energia segue operacionalmente o ano safra que se inicia anualmente em 1º de abril e termina em 31 de março do ano seguinte. Desta forma, as informações operacionais e financeiras para o exercício fiscal findo em 31/12/2014 não representam uma safra completa, pois refletem apenas os resultados de 9 meses, iniciando em 1º de abril até 31 de dezembro de 2014.

Vale ressaltar que, em virtude da comparação entre o exercício fiscal de 12 meses findo em 31/12/2014 com o exercício fiscal de 9 meses findo em 31/03/2013, a Companhia apresentou um aumento natural em praticamente todas as linhas de resultado em virtude da comparação desproporcional entre exercícios sociais.

No ano, a receita líquida da Raízen Energia atingiu R\$ 9,3 bilhões e foi composta principalmente pela venda de açúcar, etanol e cogeração de energia. Na comparação com o exercício de 9 meses findo em 31/12/2013, o crescimento foi de 35%, impulsionado principalmente pelos melhores preços de vendas praticados no período, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

II. Comgás

No exercício findo em 31/12/2014, a Comgás apresentou uma receita líquida de R\$ 6,4 bilhões composto pela venda de gás, receitas de construções e outros. No exercício fiscal findo em 31/12/2013 a receita líquida foi de R\$ 4,9 bilhões, crescimento de 31% entre os períodos. Tal crescimento se deve não apenas aos maiores volumes vendidos no período, mas também em virtude dos maiores preços médios praticados.

III. Radar

A receita líquida da Radar cresceu 188% no exercício findo em 31/12/2014, atingindo R\$ 157,6 milhões, principalmente pelo maior volume de venda de propriedades agrícolas no período, quando comparado ao exercício findo em 31/12/2013 onde a receita foi de R\$ 54,7 milhões.

IV. Lubrificantes

A partir de 1º de Abril de 2013, a Cosan passou a reportar o resultado do segmento Lubrificantes, composto pelas atividades de industrialização e distribuição de lubrificantes das marcas Mobil e Comma, revenda de óleo básico e especialidades automotivas no Brasil e em outros 40 países através de duas plantas localizadas no Rio de Janeiro, Brasil e em Kent, no Reino Unido.

A receita líquida pela venda de lubrificantes, revenda de óleo básico e outros produtos e serviços da Lubrificantes totalizou R\$ 1,6 bilhão no exercício findo em 31/12/2014, crescimento de 35% quando comparado ao exercício findo em 31/12/2013. O aumento se deve parcialmente pelo maior volume vendido e também pelo aumento do preço médio praticado no período.

Custo Operacional

Em milhões de R\$	31/12/2014	AV	31/03/2013	AV	AH
		%		%	%
Custo Produtos e Serviços	-5.803,30	100	-4.878,16	100	19%
Rafzen Combustíveis	-52.934,20	N/A	-35.664,50	N/A	48%
Rafzen Energia	-7.735,40	N/A	-5.590,10	N/A	38%
Comgás	-4.494,90	77%	-3.524,20	61%	28%
Radar	-60,6	1%	-6,1	0%	893%
Lubrificantes	-1.247,8	22%	-900,5	16%	39%
Outros Negócios	0	0%	0	0%	N/A
Ajustes/Eliminações	0	0%	0	0%	N/A
Desconsolidação IFRS 11	60.669,60	N/A	41.254,60	N/A	47%

Operações Descontinuadas (Rumo) -432,8 N/A -447,4 N/A -3%

Segue abaixo os comentários dos nossos Diretores acerca do Custo Operacional:

O Custo dos Produtos e Serviços prestados pela Cosan totalizou, no exercício findo em 31/12/2014, R\$ 5,8 bilhões comparado a R\$ 4,9 bilhões em 31/12/2013, um aumento de 48%.

I. Raízen

▪ *Raízen Combustíveis*

Em 31 de dezembro de 2014 o custo operacional de Raízen Combustíveis totalizou R\$ 52,9 bilhões, crescimento relacionado ao maior volume vendido e aos preços praticados pela Petrobras no diesel e na gasolina.

▪ *Raízen Energia*

A Raízen Energia apresentou custo operacional de R\$ 7,7 bilhões no exercício findo em 31/12/2014, 38% maior que o reportado no exercício findo em 31/12/2013, que foi de R\$ 5,6 bilhões.

II. Comgás

O custo dos produtos vendidos pela Comgás totalizou R\$ 4,5 bilhões no exercício findo em 31/12/2014, 28% maior que o reportado no exercício findo 31/12/2013, que foi de R\$ 1,7 bilhão em virtude dos maiores custos de Gás Natural e volumes vendidos.

III. Radar

No exercício findo em 31/12/2014, o custo dos serviços prestados foi de R\$ 60,9 milhões e está atrelado à operação de venda de propriedades ao longo do exercício social. Para o exercício findo em 31/12/2013, o custo dos serviços prestados foi de R\$ 6,1 milhões. Vale ressaltar que todos os custos atrelados ao arrendamento de terras são incorridos pelo operador das propriedades agrícolas.

IV. Lubrificantes

Em 31/12/2014 o custo dos produtos vendidos pela Lubrificantes atingiu R\$ 1,2 bilhões, reflexo de maiores volumes vendido e do aumento da taxa de câmbio, que tem impacto direto nas importações de óleo básico e outros insumos.

Lucro Bruto

Com estes resultados, o exercício findo em 31/12/2014 apresentou lucro bruto de R\$ 2,4 bilhões no ano, reflexo principalmente da melhor performance dos negócios.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Em milhões de R\$	31/12/2014		31/12/2013		AH
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	%
Despesas com vendas, gerais e administrativas e Outras Receitas	-1.435,5	100,0	-984,8	100,0	46

As despesas com vendas, gerais e administrativas e outras receitas totalizou no exercício social findo em 31/12/2014 R\$ 1,4 bilhões, 46% superior ao reportado no exercício findo em 31/12/2013, que foi de R\$ 984,8 milhões, em virtude dos maiores gastos incorridos no período e impactos de outras receitas (despesas) em todas as linhas de negócios.

Resultado Financeiro

Em milhões de R\$	31/12/2014		31/12/2013		AH
		%		%	%
Resultado Financeiro	- 945,9	100	--700,3	100	35

O resultado financeiro no exercício findo em 31/12/2014 foi uma despesa líquida de R\$ 945,9 milhões, comparada com uma despesa líquida de R\$ 700,3 milhões em 31/12/2013.

Em 31/12/2014, os encargos da dívida bruta aumentaram em comparação com exercício anterior, devido principalmente às captações de recursos, assim como aumento na taxa de juros de referência para a maioria das dívidas.

O resultado negativo de variação cambial reflete a valorização do Dólar frente ao Real, e seus impactos nas dívidas denominadas nessa moeda, causando um efeito não-caixa no resultado financeiro consolidado. No entanto, cabe ressaltar que todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira estão devidamente protegidas, por meio de derivativos e câmbio, incluindo o montante do principal do Bônus Perpétuo no valor de US\$ 500,0 milhões, que teve seu hedge concluído ao final de dezembro de 2014.

O resultado de derivativos incluído no resultado financeiro reflete os ganhos e perdas com instrumentos derivativos não designados para *hedge accounting*, ou sua parcela não efetiva que apresentou resultado positivo no exercício findo em 31/12/2014, que compensou a desvalorização cambial sobre as dívidas protegidas por meio de derivativos de câmbio.

Imposto de renda e contribuição social

Em milhões de R\$	31/12/2014	AV	31/03/2013	AV	AH
		%		%	%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-14,5	100	-126,4	100	n/a

A despesa total com Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS) em 31/12/2014 foi de R\$ 14,5 milhões, representando uma alíquota efetiva de 2,7, devido principalmente à diferença de base de tributação de lucro presumido na controlada Radar, assim como resultado de equivalência da Raízen, não tributada.

Lucro Líquido

Em milhões de R\$	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	AH	
		%		%	%	
Lucro Líquido	550,5	100	523,2	100	-27	
Raízen Combustíveis	156,5	N/A	721,8	N/A	-8,7	
Raízen Energia	1.079,2	N/A	-208,7	N/A	-201,4	
Comgás	531,1	77,9	407,7	22,7	155	
Radar	180,6	29,5	154,4	24	-8,9	
Lubrificantes	34,9	2	10,6	21,5	N/A	
Outros Negócios	222,6	36,1	189	62,8	-57,3	
Ajustes/Eliminações	-	418,6	-76,2	-398,9	-52,3	8,1
Desconsolidação IFRS 11	-	1.235,8	N/A	-513	N/A	N/A
Operações Descontinuadas (Rumo)	92,7	30,7	160,5	21,3	6,7	

A Cosan encerrou o exercício social findo em 31/12/2014 com lucro líquido de R\$ 550,5 milhões, comparado a R\$ 532,2 milhões em 31/12/2013, em virtude dos impactos acima mencionados.

10.4 – Comentários dos diretores acerca:

a) das mudanças significativas nas práticas contábeis:

i. Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo.

ii. **Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As seguintes normas foram adotadas pela Companhia, pela primeira vez para o ano fiscal que começou em 1º de janeiro de 2014 e encerrou em 31 de dezembro de 2014: Revisão 07 do Comitê de pronunciamentos contábeis - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas".

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

i. **Período comparativo de 31/12/2015 e 31/12/2014**

Não houve alterações significativas na demonstração finda em 31 de Dezembro de 2015.

ii. **Período comparativo de 31/12/2014 e 31/12/2013**

Revisão 07 do Comitê de pronunciamentos contábeis - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas": Altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer dos Auditores Independentes:

Não houve ressalvas no parecer emitido pelos Auditores Independentes para os 3 últimos exercícios.

Especificamente no parecer de 31 de dezembro de 2013 foi apresentado no parágrafo de ênfase, destacando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da adoção da nova política contábil trazida pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto e IFRS 11 - Joint Arrangements, os valores correspondentes, consolidados, relativos ao balanço patrimonial, resultado, resultado abrangente, mutações do

patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do exercício findo em 31 de março de 2013, obtidos das demonstrações financeiras daquele exercício, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e IAS 1 Presentation of Financial Statements. A opinião dos auditores não está ressalvada em função desse assunto.

10.5 – Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia, controladas e controladas, em conjunto.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados em nossas demonstrações financeiras sob a IFRS são:

– Imobilizado e Intangível: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados são baseadas em estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios ou aumento na formação da Joint Venture é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para o ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

– Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento

significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

– Outros ativos não circulantes: A Companhia registrou um recebível referente a uma ação movida contra o Governo Federal, por indenização decorrente do controle de preços onde o recebimento desses valores é praticamente certo.

– Mensuração a valor justo de propriedades para investimento: A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

– Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivada de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticados no mercado, sempre que possível, mas se isso não for viável, um grau de julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento é necessário para a determinação sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas nesses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

– Mensuração de obrigações de benefícios definidos: O custo dos planos de benefícios definidos de pensões e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de pensão é determinado usando avaliações atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados efetivos no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração a cada data de balanço.

– Pagamento baseado em ações: A Companhia mensura o custo da compensação do pagamento baseado em ações dos colaboradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

- Compromissos de arrendamento operacional: A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

- Provisão para demandas judiciais: Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

10.8 Descrições dos diretores de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos 3 anos.

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos 3 anos.

ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO

(conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 666.584.007,68 (seiscentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, sete reais e sessenta e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Administração propõe o pagamento de dividendos no montante de R\$ 485.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), sendo que o valor de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), foi liquidado a título de dividendos intercalares, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016, e o valor remanescente de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), deverá ser liquidado em até 60 (sessenta) dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Do saldo remanescente de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o valor de 137.609.721,91 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos) será proveniente do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e o valor de R\$ 62.390.278,09 (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e setenta e oito reais e nove centavos), será proveniente da conta de reservas de lucros a realizar. O valor dos dividendos por ação é de R\$ 1,195002728.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Conforme descrito no item precedente, a Administração propõe a distribuição de 63,4% do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas. O valor de R\$ 62.390.278,09 (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e setenta e oito reais e nove centavos), proveniente da conta de reservas de lucros a realizar, não foi considerado para apuração desse percentual, levando em consideração que trata-se de resultados de exercícios anteriores.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O valor de R\$ 62.390.278,09 (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e setenta e oito reais e nove centavos), a ser pago no exercício corrente, é proveniente da conta de reservas de lucros a realizar, que totaliza o valor de R\$ 0,153724851 por ação.

No exercício social de 2015, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração em 10 de setembro de 2015, pagou dividendos intermediários no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), apurados contra reservas de lucros retidos em exercícios anteriores que totalizou o valor de R\$ 0,369588473 por ação.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não foram declarados juros sobre o capital próprio. O montante de dividendos destinados, conforme item 2 acima é correspondente apenas às ações ordinárias.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento dos dividendos deverá ser realizado em dinheiro, em até 60 (sessenta) dias contados da data da referida Assembleia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não existe previsão para atualização sobre os dividendos propostos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A declaração dos dividendos propostos ocorrerá com a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária que irá realizar-se em 29 de abril de 2016, e o pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

<u>Exercício</u> <u>findo em</u>	<u>Lucro</u> <u>líquido</u> Em R\$ mil	<u>Lucro</u> <u>por Ação</u> Em R\$/Ação
31/12/2013	234.149,9	0,58
31/12/2014	292.023,9	0,72
31/12/2015	666.584,0	1,64

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

<u>Exercício</u> <u>findo em</u>	<u>Dividendos</u> <u>Declarado</u> Em R\$ mil	<u>Dividendos</u> <u>por ação</u> Em R\$
31/12/2013	150.000,0	0,371251461
31/12/2014	150.000,0	0,371251461
31/12/2015	285.000,0	0,702218098

Não foram distribuídos juros sobre o capital próprio nos últimos 3 exercícios.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não foi destinado valor para reserva legal no exercício corrente.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não foi destinado valor para reserva legal no exercício corrente, por ter atingido o limite determinado pelo Artigo 193, § 1º da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos

dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme definido no artigo 29 do Estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício social ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Conforme descrito acima os dividendos objetos de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2016, compreendem o pagamento superior ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve montante retido de dividendo mínimo obrigatório

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não foi proposta a destinação para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme art. 29 do Estatuto Social é proposto que o valor remanescente do resultado contábil do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 seja destinado à Reserva Especial da Companhia, visando reforçar o capital de giro, financiar a manutenção e a expansão do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, formada com até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 243.974.285,77 (duzentos e quarenta e três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante a ser destinado à Reserva Especial corresponde ao valor remanescente do lucro líquido, deduzido os dividendos conforme requerido pelo art. 29 do Estatuto da Companhia e nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não houve retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com base no art. 196 da Lei 6.404/76.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não foi declarado destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não foi declarado destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III - REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

(conforme Item 13 do Formulário de Referência)

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia tem por principal objetivo estabelecer incentivos para que seus administradores superem as metas da Companhia e desempenhem suas funções de forma a gerar valor aos seus acionistas, tanto no curto quanto no médio e longo prazos.

A remuneração dos administradores da Companhia está alinhada as práticas de mercado, podendo ser composta por elementos fixos e variáveis, sendo que há uma considerável ênfase na remuneração variável e ainda na outorga de opções de compra de ações no caso dos executivos da Companhia, dentro do Plano aprovado pelos acionistas e em linha com o que é praticado por companhias de mesmo porte.

A remuneração global dos administradores, bem como a dos membros do Conselho Fiscal, é fixada anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo que a alocação de tais montantes entre os membros de cada órgão e sua divisão conforme a natureza dos benefícios é determinada pelo Comitê de Remuneração.

Atualmente a Companhia possui comitês estatutários e não estatutários quais sejam:

- **Estatutários:** (i) Comitê de Remuneração, responsável por revisar a remuneração e os benefícios concedidos aos executivos da Companhia; (ii) Comitê de Alçadas, responsável por avaliar e aprovar previamente a prática de atos pelos diretores da Companhia em valor agregado acima de R\$ 15 milhões e até R\$ 60 milhões; (iii) Comitê de Auditoria, responsável pela execução das atividades de Auditoria estabelecidas na regulamentação em vigor e em seu regimento interno.

- **Não estatutários:** (iv) Comitê de Gestão de Risco, formado por três membros do Conselho de Administração, um deles conselheiro independente, que se reúne pelo menos anualmente para discutir e determinar a política de *hedge* da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da

remuneração; (iv) razões que justificam a composição da remuneração; (v) a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por elementos fixos e variáveis, consistente no pagamento de honorários aos membros do Conselho de Administração. Os membros de tal órgão também devem ser reembolsados pelas despesas de viagem, estadia e outras despesas devidamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.

A remuneração do Conselho de Administração reflete as práticas do mercado e especialmente aquelas verificadas em empresas do mesmo setor, levando também em consideração as funções e responsabilidades de tais administradores.

Todos os membros do Conselho recebem em média a mesma remuneração, havendo diferença entre os membros independentes e aqueles indicados pelo bloco de controle. O Presidente do Conselho de Administração recebe um valor diferente dos demais membros.

O elemento variável da remuneração dos membros do Conselho é deliberado pelo Comitê de Remuneração.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por um elemento fixo e um variável. Adicionalmente, os diretores estatutários podem participar do plano de opção de compra de ações da Companhia, descrito de forma mais detalhada no item 13.4 abaixo.

O elemento fixo da remuneração da Diretoria Estatutária procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua e coerente com seu tamanho relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

O elemento variável da remuneração da Diretoria Estatutária é calculado de forma que represente uma parte importante da remuneração total da diretoria, estando diretamente atrelada ao Plano de Negócios da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A principal razão que justifica tal distribuição é o alinhamento entre as funções desempenhadas pelos diretores e os interesses dos acionistas, de forma que os diretores busquem alcançar os objetivos da Companhia.

A Companhia baseia toda a remuneração variável de seus diretores no atingimento dos objetivos expressos pelos Indicadores Chave de Desempenho (“KPIs”), elaborados através de metas financeiras e projetos a serem alcançados dentro do exercício social da Companhia.

Toda meta possui um indicador de desempenho individual, em que será avaliada a contribuição individual e específica de cada diretor para o resultado global da Companhia. Os indicadores utilizados poderão ser diretos, ou seja, atrelados a uma linha do resultado da Companhia, seus custos e despesas, e/ou indiretos, ou seja, ligados a uma medida de produtividade ou operacional da Companhia. Nota-se que 70% da remuneração variável da Diretoria é baseado no resultado geral da Companhia e 30%, no resultado individual.

O valor a ser recebido por cada diretor referente ao elemento variável de sua remuneração é correspondente a um múltiplo do elemento fixo mensal recebido por ele. A Companhia determina um valor alvo (target) que cada diretor poderá receber.

Os diretores estatutários também fazem jus ao recebimento de diversos benefícios, incluindo os materialmente relevantes, tais como assistência médica, assistência odontológica, *check-up*, seguro de vida, auxílio na aquisição de veículos e previdência privada (implantada em 2011).

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal tem sua remuneração integralmente composta por elemento fixo, sendo determinada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. A remuneração dos membros está atrelada ao montante exigido pela legislação pertinente.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

O elemento fixo da remuneração é sempre baseado no nível de responsabilidades e funções inerentes a cada cargo, devendo estar em linha com as práticas verificadas no mercado. Os principais indicadores de desempenho estão, sobretudo, refletidos no elemento variável da remuneração da Diretoria Estatutária, baseada em metas globais da Companhia e em metas individuais conforme as funções desempenhadas por cada diretor. Estes indicadores incluem, entre outros, EBITDA, Retorno do Capital Empregado e Geração de Caixa Operacional.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A parcela variável da remuneração dos executivos está diretamente atrelada ao atendimento das metas e objetivos ligados ao desempenho da Companhia e de cada diretor. Tais metas e objetivos devem refletir o Plano de Negócio aprovado para o exercício pela administração da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A política de remuneração da Companhia busca estabelecer incentivos para o alinhamento de interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. No curto prazo, a remuneração variável deve refletir metas estabelecidas para um horizonte de tempo menor, geralmente anual, com relação à performance dos negócios da Companhia. A estruturação de metas de forma consistente também busca manter um padrão no atendimento aos objetivos traçados, de forma que se logrem alcançar resultados minimamente satisfatórios no médio e no longo prazos.

O incentivo de longo prazo está alinhado com o plano de opção de compra de ações da Companhia e representa um instrumento de vinculação de interesses essencialmente no longo prazo, por exigir o comprometimento de recursos dos beneficiários com o exercício de parcela das opções e correspondente aquisição de ações de emissão da Companhia, sendo que as opções são divididas em diferentes prazos durante os quais podem ser exercidas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Os administradores da Companhia, de forma geral, atuam como administradores de outras sociedades do grupo da Companhia, permitindo assim que sinergias em sua atuação sejam obtidas. Executivos estatutários que atuam como presidentes de sociedade controladas tem parte da remuneração suportada por tais sociedades, conforme detalhamento no item 13.15 deste formulário.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social iniciado em 01/01/2016 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	3,00	5,00	15,00
Número de Membros Remunerados	7,00	3,00	5,00	15,00
Remuneração Fixa Anual				
- Salário ou Pro Labore	5.727.692,86	0,00	638.890,89	6.366.583,75
- Benefícios Diretos ou Indiretos	219.933,92	0,00	0,00	219.933,92
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA	NA
- Outros	47.114,34	0,00	127.778,18	174.892,51
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	NA	NA	NA
- Participação nos Resultados	12.480.072,47	0,00	NA	12.480.072,47
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
- Comissões	NA	NA	NA	NA
- Outros	NA	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração Baseada em Ações	7.436.280,00	2.245.653,33	NA	9.681.933,33
Total (Em R\$)	25.911.093,60	2.245.653,33	766.669,07	28.923.415,99

Exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,67	2,25	5,00	13,92
Remuneração Fixa Anual	6,67	2,25	3,00	11,92
- Salários ou Pro Labore	4.864.249,55	1.321.591,58	478.853,28	6.664.694,41
- Benefícios Diretos ou Indiretos	203.435,32	152.488,34	0,00	355.923,66
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA	NA
- Outros	700.287,93	800.223,82	95.770,68	1.596.282,43
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	NA	NA	NA
- Participação nos Resultados	1.284.156,59	2.686.725,07	NA	3.970.881,66
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
- Comissões	NA	NA	NA	NA
- Outros	NA	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração Baseada em Ações	7.272.653,33	3.327.573,33	NA	10.600.226,67
Total (Em R\$)	14.324.782,72	8.288.602,14	574.623,96	23.188.008,83

(1) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária que são membros da Diretoria da Companhia foram pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados.

Exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	10,00	5,00	5,00	20,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	3.997.891,78	6.288.142,51	524.735,52	10.810.769,81
- Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	NA	NA
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA	NA
- Outros	NA	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	10.272.211,24	NA	10.272.211,24
- Participação nos Resultados	NA	4.061.736,04 ⁽²⁾	NA	4.061.736,04
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
- Comissões	NA	NA	NA	NA
- Outros	NA	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração Baseada em Ações	NA	NA	NA	NA
Total (Em R\$)	3.997.891,78	20.622.089,79	524.735,52	25.144.717,09

(2) Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria da Companhia. Nesta seção, constam apenas os valores da remuneração relativa a posição que ocupam no Conselho de Administração

(3) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária que são membros da Diretoria da Companhia foram pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados.

Exercício social encerrado em 31/12/2013 (9 meses)	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	2.661.586,18	3.633.167,11	94.852,85	6.389.606,14
- Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	NA	NA
- Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA	NA
- Outros	NA	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	NA	NA	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	6.396.347,96 ⁽²⁾	NA	6.396.347,96
- Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
- Comissões	NA	NA	NA	NA
- Outros	NA	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração Baseada em Ações	NA	NA	NA	NA
Total (Em R\$)	2.661.586,18	10.029.515,07	94.852,85	12.785.954,10

(4) Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria da Companhia. Nesta seção, constam apenas os valores da remuneração relativa a posição que ocupam no Conselho de Administração

(5) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária que são membros da Diretoria da Companhia foram pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social iniciado em 01/01/2016 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	5,00	15,00
Nº de membros Remunerados	4,00	2,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados⁽²⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	12.480.072,47	0,00	NA	12.480.072,47

(1) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária são pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados

Exercício social Encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,67	2,25	5,00	13,92
Nº de membros Remunerados	1,00	2,00	0,00	5,00
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados ⁽²⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.284.156,59	2.686.725,07	NA	3.970.881,66

(1) Valores totais previstos para o período de 01/01/2015 a 31/12/2015

(2) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária são pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	5,00	5,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.664.207,08	NA	NA	4.664.207,08
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	10.272.211,24	NA	10.272.211,24
Participação nos resultados ⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	6.666.726,29	NA	6.666.726,29
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	4.061.736,04	NA	4.061.736,04

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013 (9 meses)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.215.682,92	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados ⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	5.361.994,00	NA	5.361.994,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	6.396.347,96	NA	6.396.347,96

(1) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária são pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais:

O Plano de Opção de Compra de Ações atualmente em vigor, instituído nos termos do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, foi devidamente aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de julho de 2011.

O objetivo do Plano é atrair e reter executivos da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, concedendo a eles a oportunidade de se tornarem acionistas. Com isso, é esperado obter-se um maior alinhamento de tais executivos com os interesses dos acionistas.

As opções outorgadas devem respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas. Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criará periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), em que serão definidos os beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, o preço de exercício, os prazos para o exercício da opção, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O Contrato deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (i) o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades pelo descumprimento destas restrições;
- (iv) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

b. principais objetivos do plano:

O plano tem como principais objetivos (i) estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, permitindo aos executivos adquirir ações da Companhia; e (ii) possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos, oferecendo a tais indivíduos uma vantagem adicional e a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

O plano contribui para os objetivos acima expostos na medida em que a possibilidade de aquisição de ações de emissão da Companhia sob condições diferenciadas permite que se criem incentivos consideráveis para que os executivos busquem comprometer seus recursos para adquirir ações. Assim, espera-se que os participantes busquem contribuir para a criação de valor no longo prazo, na medida em que seus ganhos dependerão da valorização das ações também no longo prazo. A possibilidade de que se obtenha tais ganhos, por outro lado, deverá proporcionar a retenção destes executivos.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

O plano está inserido na política de remuneração da Companhia de modo a dar importância considerável ao atendimento de objetivos de prazo maior, fazendo com que parte da remuneração dos executivos esteja vinculada ao desempenho da Companhia e aos interesses dos seus acionistas. Parte do valor atribuído aos administradores da Companhia depende dos indicadores de seu desempenho, sendo o Plano um componente substancial desta política de remuneração.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Em relação ao plano em vigor, há um prazo mínimo de carência e um limite máximo anual da parcela de opções que poderão ser exercidas, cujas diretrizes serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os administradores deverão buscar o aumento de seus rendimentos pessoais também pela venda futura destas ações, a preço maior do que o pago para exercício das opções. Espera-se, com isso, que cada participante contemplado sinta-se responsável pelo crescimento da Companhia e pelos seus objetivos, de forma que apenas aufera ganho na medida dos ganhos dos acionistas. Abaixo a lista de programas em vigor:

- i. O Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2011, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de agosto de 2011, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da

Companhia, sendo a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

- ii. O Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2013, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2013, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.
- iii. O Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2014, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de agosto de 2014, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.
- iv. O Quarto Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2015, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de agosto de 2015, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 759.000 (setecentos e cinquenta e nove mil) ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 19,96 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

f. número máximo de ações abrangidas

Para o Plano vigente as opções outorgadas devem respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano aprovado não menciona o número máximo de opções a serem outorgadas. Para o Primeiro Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de agosto de 2011, ao aprovar o Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2011, estabeleceu a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação. Para o Segundo Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2013, ao aprovar o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2013, estabeleceu a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação. Para o Terceiro Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de agosto de 2014, ao aprovar o Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2014, estabeleceu a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação. Para o Quarto Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de agosto de 2015, ao aprovar o Quarto Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2015, estabeleceu a outorga de até 759.000 (setecentos e cinquenta e nove mil) ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 19,96 por ação.

Para os quatro Programas, os preços estabelecidos por ação devem ser atualizados monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

h. condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados entre a Companhia e seus beneficiários, conforme diretrizes apontadas pelo Conselho de Administração.

O Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2011, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de agosto de 2011, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

O Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2013, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2013, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

O Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2014, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de agosto de 2014, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

O Quarto Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2015, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de agosto de 2015, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 759.000 (setecentos e cinquenta e nove mil) ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 19,96 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de emissão das ações (ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções), será determinado pelo Conselho de Administração, ou Comitê, conforme o caso, e será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBovespa, anteriores à concessão da opção, podendo ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido um desconto de até 20% (vinte por cento)

no Preço do Exercício. A concessão de desconto em um determinado Programa não obrigará que o mesmo percentual seja aplicado em Programas posteriores.

Conforme mencionado no item 13.4 (e), para o Primeiro Programa foi estabelecido o preço de R\$ 22,80 por ação. Para o Segundo Programa, o preço estabelecido foi de R\$ 45,22, para o Terceiro Programa, o preço estabelecido foi de R\$ 39,02 por ação, e para o Quarto Programa, o preço estabelecido foi de R\$ 19,96 por ação. Os preços estabelecidos nos Programas serão atualizados monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

O valor justo das opções concedidas foi estimado na data do exercício utilizando o modelo de simulação binomial, tendo em vista os termos e condições sob as quais as opções foram concedidas.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados entre a Companhia e seus beneficiários.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criará periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), em que serão definidos os Beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, os prazos para o exercício da opção, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

Conforme mencionado anteriormente neste item 13.4., foram aprovados três Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações. O Primeiro Programa– Ano Calendário de 2011, estabelecendo a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 12 meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. O Segundo Programa – Ano Calendário de 2013 estabeleceu a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. O Terceiro Programa – Ano Calendário de 2014 estabeleceu a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. O Quarto Programa – Ano Calendário de 2015 estabeleceu a outorga de até 759.000 (setecentos e cinquenta e nove mil) ações, podendo as opções ser

exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 19,96 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

Para os Programas, do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e de outras devoluções de capital por ações, pagos pela Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

k. forma de liquidação

O Preço de Exercício poderá ser pago pelos Beneficiários à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção; ou na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sendo no mínimo o pagamento de 10% (dez por cento) do valor total à vista.

Do Preço de Exercício serão deduzidos o valor dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e de outras devoluções de capital por Ação, pagos pela Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

l. restrições à transferência das ações

O Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano, se atendido o período mínimo de indisponibilidade determinados pelos Programas, conforme anteriormente caso.

Conforme estabelecidos nas regras dos Programas, as ações adquiridas ou subscritas poderão ser livremente alienadas pelo participante, no mercado de ações (Bolsa de Valores), observados os períodos de bloqueio fixados no Plano, na legislação em vigor, nas normas internas e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Conforme ainda estabelecido nos Programas, serão alienadas ou emitidas, nos limites do capital autorizado e de acordo com as disponibilidades previstas em cada Programa, ações ordinárias nominativas, que assegurarão os mesmos direitos previstos para as demais ações ordinárias emitidas pela Companhia.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

a) Término do Contrato de Trabalho ou do Mandato do Beneficiário por Justa Causa

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por justa causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

b) Término do Contrato de Trabalho ou do Mandato sem Justa Causa

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário sem justa causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

c) Demissão ou Renúncia Voluntária do Beneficiário

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por pedido de demissão ou renúncia voluntária, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

d) Aposentadoria do Beneficiário

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário por sua aposentadoria, definida no Plano como a completa e definitiva interrupção de suas atividades profissionais de caráter econômico, seja junto à Companhia ou outro empregador, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

e) Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário

Se o Beneficiário tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes de parte das opções serão exercíveis, pelo período e de acordo com as condições determinadas no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre a Companhia e o respectivo seu beneficiário. Se o Beneficiário falecer, os direitos decorrentes de parte das opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores, que poderão exercê-los pelo período e de acordo com as condições determinadas no respectivo Contrato.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		Exercício encerrado em 31/12/2015			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Cosan S.A. Indústria e Comércio	Ações ordinárias	8.208	0	600	8.808
	Opções de compra de ações	1.530.000	5.210.000	NA	6.740.000
Cosan Limited	Ações ordinárias A	5.000	NA	NA	5.000
	Ações ordinárias B	NA	NA	NA	NA
	BDRs	NA	NA	NA	NA
Cosan Logística S.A.	Ações ordinárias	8.208	0	600	8.808

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Exercício social Iniciado em 01/01/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7,00	3,00	10,00
Nº de membros Remunerados	3,00	2,00	5,00
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014 Programa 4) 21/08/2015	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014 Programa 4) 21/08/2015	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014 Programa 4) 21/08/2015
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000 Programa 4) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000 Programa 4) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000 Programa 3) 320.000 Programa 4) 320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos Programa 4) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos Programa 4) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos Programa 4) 100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1) Tranches A e B R\$ 22,36 Tranche C R\$ 37,81 Programa 2) R\$ 43,08 Programa 3) R\$ 37,74 Programa 4) -	Programa 1) Tranches A e B R\$ 22,36 Tranche C R\$ 37,81 Programa 2) R\$ 43,08 Programa 3) R\$ 37,74 Programa 4) -	Programa 1) Tranches A e B R\$ 22,36 Tranche C R\$ 37,81 Programa 2) R\$ 43,08 Programa 3) R\$ 37,74 Programa 4) -
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há

			Programa 4) Não há
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1) R\$ 6,80 Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) -7,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) -7,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) -7,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	1,54%	0,58%	2,13%

Exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	6,67	2,25	8,92
Nº de membros Remunerados	3,00	2,25	5,25
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014 Programa 4) 21/08/2015	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014 Programa 4) 21/08/2015	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014 Programa 4) 21/08/2015
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000 Programa 4) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000 Programa 4) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000 Programa 3) 320.000 Programa 4) 320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos Programa 4) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos Programa 4) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos Programa 4) 100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022

Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1) Tranches A e B R\$ 22,36 Tranche C R\$ 37,81 Programa 2) R\$ 43,08 Programa 3) R\$ 37,74 Programa 4) -	Programa 1) Tranches A e B R\$ 22,36 Tranche C R\$ 37,81 Programa 2) R\$ 43,08 Programa 3) R\$ 37,74 Programa 4) -	Programa 1) Tranches A e B R\$ 22,36 Tranche C R\$ 37,81 Programa 2) R\$ 43,08 Programa 3) R\$ 37,74 Programa 4) -
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1) R\$ 6,80 Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) -7,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) -7,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) -7,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	1,54%	0,58%	2,13%

Exercício encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	3	3	6
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000 Programa 3) 320.000

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos Programa 3).100% ao final de 5 anos	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos Programa 3).100% ao final de 5 anos	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos Programa 3).100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2019	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2019	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1).R\$ 21,62 Programa 2)R\$ 41,12 Programa 3)R\$ 35,47	Programa 1).R\$ 21,62 Programa 2)R\$ 41,12 Programa 3)R\$ 35,47	
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1)R\$ 24,59 Programa 2)Não há Programa 3)Não há	Programa 1).R\$ 24,73 Programa 2)Não há Programa 3)Não há	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1)R\$ 6,80 Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A) ou R\$ 8,15 (tranche B) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	0,55%	1,51%	

(1) Média ponderada do valor justo das opções na data de outorga levando em consideração os critérios e prazos de exercícios estabelecidos no item 13.9

(2) Diluição considerando o número total de ações emitidas pela Companhia na data da outorga bem como o número de ações de fato outorgadas, a saber, 9.825.000, apesar do plano aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 18/08/2011 ter aprovado a inclusão de 12.000.000 de ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Exercício encerrado em 31/12/2013 (9 meses)			
Nº de membros	3	3	6
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1).R\$ 23,99 Programa 2)R\$ 45,22	Programa 1).R\$ 23,99 Programa 2)R\$ 45,22	
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1)R\$ 23,90 Programa 2)Não há	Programa 1).R\$ 23,90 Programa 2)Não há	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1)R\$ 6,80 Programa 2) R\$ 17,95	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A) ou R\$ 8,15 (tranche B) Programa 2) R\$ 17,95	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	0,51%	1,46%	

(1) Média ponderada do valor justo das opções na data de outorga levando em consideração os critérios e prazos de exercícios estabelecidos no item 13.9

(2) Diluição considerando o número total de ações emitidas pela Companhia na data da outorga bem como o número de ações de fato outorgadas, a saber, 9.825.000, apesar do plano aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 18/08/2011 ter aprovado a inclusão de 12.000.000 de ações

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social :

Exercício encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	6,67	2,25	8,92
Nº de membros Remunerados	3,00	2,25	5,25
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	Programa 1) 300.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000 Programa 4) 160.000	Programa 1) 3.160.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000 Programa 4) 160.000	Programa 1) 3.460.000 Programa 2) 320.000 Programa 3) 320.000 Programa 4) 320.000
Data em que se tornarão exercíveis	Programa 1) 18/08/2016 Programa 2) 21/05/2018 Programa 3) 17/08/2019 Programa 4) 21/08/2020	Programa 1) 18/08/2016 Programa 2) 21/05/2018 Programa 3) 17/08/2019 Programa 4) 21/08/2020	Programa 1) 18/08/2016 Programa 2) 21/05/2018 Programa 3) 17/08/2019 Programa 4) 21/08/2020
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2018 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2018 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2018 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício	Não há	Não há	Não há
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A) R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C)	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A) R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C)	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A) R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C)
Opções exercíveis			
Quantidade	Programa 1) 750.000 Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) 1.580.000 Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) 2.330.000 Programa 2) Não há Programa 3) Não há
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2018 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2018 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2018 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício	Programa 1) R\$ 24,02 (tranches A e B), R\$	Programa 1) R\$ 24,02 (tranches A e B), R\$ 41,15 (tranche	Programa 1) R\$ 24,02 (tranches A e B),

	41,15 (tranche C) Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há	C) Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há	R\$ 41,15 (tranche C) Programa 2) Não há Programa 3) Não há Programa 4) Não há
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) R\$ 7,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) R\$ 7,67	Programa 1) R\$ 6,80 (tranche A), R\$ 8,15 (tranche B) ou R\$ 10,10 (tranche C) Programa 2) R\$ 17,95 Programa 3) R\$ 15,67 Programa 4) R\$ 7,67
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 2.040.000,00	R\$ 5.379.000,00	R\$ 7.419.000,00

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Para o exercício social encerrado em 31/12/2015 não houve exercício de opções e nem ações entregues a nenhum membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3	3
Opções exercidas		
Número de ações	690.000	690.000
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 24,59	R\$ 24,73
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 9.944.800,00	R\$ 9.713.250,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	Não há	Não há
Preço médio ponderado de aquisição	Não há	Não há
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não há	Não há

Exercício social encerrado em 31/12/2013 (9 meses)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	1	1
Opções exercidas		
Número de ações	250.000	130.000
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 23,99	R\$ 23,73
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 5.625.000,00	R\$ 2.401.600,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	Não há	Não há
Preço médio ponderado de aquisição	Não há	Não há
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não há	Não há

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

a. modelo de precificação

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano é precificado com base no Modelo Binomial para refletir a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

O modelo parte da premissa básica de que o comportamento do preço de uma ação em períodos futuros pode ser aproximado por duas trajetórias possíveis: uma ascendente e outra

descendente. Deste modo, é construída uma árvore de trajetórias para o preço da ação. O fator ascendente e o fator descendente são determinados a partir da volatilidade da ação e pelo intervalo de tempo entre os passos de árvore. As trajetórias para o preço da ação são determinadas até o vencimento. No período final, a regra de decisão do titular da opção é entre exercer ou não a opção.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia, considerado com base no cálculo do valor das respectivas opções, é o valor de mercado das ações dos últimos 30 pregões na data de outorga.

Preço de exercício

As opções outorgadas até o presente momento tiveram seu preço de exercício fixado em R\$ 22,80 por ação para o Primeiro Programa, R\$ 45,22 por ação para o Segundo Programa e R\$ 39,02 para o Terceiro Programa, levando em consideração o valor de mercado das ações dos últimos 30 pregões.

Volatilidade esperada

Veja item 13.9. “d” abaixo.

Prazo de vida da opção

As opções de compra de ações objeto do Primeiro Programa podem ser divididas em duas Tranches, sendo os prazos e regras de exercício definidos no parágrafo abaixo.

Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de 5 anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2016.

Tranche B - A segunda tranche segue o mesmo racional da primeira, com diferença do número de lotes, que se divide em 10 (dez) lotes de 1/10 (um décimo) das ações ofertadas em cada período. A cada ano um lote é liberado para que o Beneficiário possa exercer sua opção e o último lote fica disponível em 19 de agosto de 2021.

Para os demais Programas, não houve a divisão das opções em tranches.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da outorga, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações.

Taxa de juros livre de risco

A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBovespa na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções outorgadas.

Com base nas premissas descritas acima, o valor justo das opções outorgadas com base no plano de opção de compra de ações foi estimado adotando-se os seguintes dados, aplicados à fórmula do modelo binominal:

	Opções concedidas em 18 de agosto de 2011	Opções concedidas em 18 de agosto de 2011	Opções concedidas em 23 de maio de 2013	Opções concedidas em 17 de agosto de 2014	Opções concedidas em 21 de agosto de 2015
	Tranche A	Tranche B			
Preço de concessão – R\$	22,80	22,80	45,22	37,01	19,96
Expectativa de exercício (em anos)	1 a 5	1 a 10	5 a 7	5 a 7	5 a 7
Taxa de juros	12,39%	12,39%	13,35%	12,43%	15,66%
Volatilidade	31,44%	30,32%	27,33%	28,85	62,94
Rendimento do dividendo	6,80	8,15	17,95	15,67	7,67
Valor justo médio ponderado na data de concessão – R\$	22,80	22,80	45,22	37,01	19,96

(1) O valor justo atribuído foi o valor de mercado na data do repasse (R\$17,90) uma vez que não houve período de carência para exercício destas opções.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, para

as quais existem informações sobre preço das ações ou de opções disponíveis, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia após a formação da Raízen.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características utilizadas na mensuração do valor justo das opções estão descritas acima.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

O Plano de Aposentadoria Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar é patrocinado pelas empresas do grupo da Cosan, exceto Raízen e Comgás. Ele é oferecido a todos os seus empregados, independente de nível salarial e hierárquico, ou do tempo de serviço.

Este plano foi constituído na modalidade de Contribuição Variável, onde o benefício oferecido será diretamente proporcional ao saldo acumulado e capitalizado ao longo do tempo. Os participantes do plano poderão fazer dois tipos de contribuição: Básica e Voluntária.

Na Contribuição Básica, o valor será calculado com base em um percentual inteiro, a ser definido pelo Participante, que pode variar de 0% a 11%, a ser aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 10 URs (R\$ 3.363,70 em janeiro de 2015). A patrocinadora fará a contribuição igual a 100% da contribuição básica do participante.

A Contribuição Voluntária é opcional e poderá ser equivalente à aplicação de um percentual inteiro, definido pelo participante, sobre o salário de participação, bônus ou participação nos lucros. Também, o participante poderá contribuir com qualquer valor expresso em Reais.

São assegurados pelo Plano de Aposentadoria Futura os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional diferido e benefício mínimo.

Os recursos do plano serão investidos em aplicações diferenciadas entre renda fixa e variável, a critério e responsabilidade do participante. Este deverá optar por um dos perfis de investimento: conservador, moderado ou agressivo.

Em caso de desligamento do participante, este poderá continuar participando do plano, resgatar seus recursos ou portá-los para outra entidade de previdência complementar.

Exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6,67	2,25
Nº de membros Remunerados	2	2,25
Nome do plano	Plano de Aposentadoria Futura	Plano de Aposentadoria Futura
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	-
Condição para se aposentar antecipadamente	A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - desligar-se da empresa; - ter, no mínimo, 55 anos de idade; - ter, no mínimo, 5 anos de tempo de serviço;	A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - desligar-se da empresa; - ter, no mínimo, 55 anos de idade; - ter, no mínimo, 5 anos de tempo de serviço;
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 694.705,74	R\$ 817.865,79
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 42.961,50	R\$ 171.282,49
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Só terá a opção de resgatar quando se desligar da Companhia. Nesse caso poderá receber, à vista, 100% do saldo da conta de participante. Caso tenha mais de três anos de tempo de serviço, o participante terá direito ao maior valor entre o benefício mínimo e a parcela do saldo proporcional da conta da patrocinadora.	Só terá a opção de resgatar quando se desligar da Companhia. Nesse caso poderá receber, à vista, 100% do saldo da conta de participante. Caso tenha mais de três anos de tempo de serviço, o participante terá direito ao maior valor entre o benefício mínimo e a parcela do saldo proporcional da conta da patrocinadora.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Informação não divulgada em virtude da medida liminar concedida em 2 de março de 2010, pelo juízo da 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na Ação de Procedimento Ordinário nº 2010.5101002888-5 movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro (“IBEF-RJ”), ao qual a Companhia é associada.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Atualmente não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Encerrado em 31/12/2015	57%	0%	0%
Encerrado em 31/12/2014	44%	0%	0%
Encerrado em 31/12/2013	48%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Pela prestação de serviços por parte de um membro do Conselho de Administração e que é também membro da Diretoria da Companhia, foram pagos nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2013 e 31/12/2014 os seguintes valores. No exercício social encerrado em 31/12/2015 não houve qualquer remuneração paga a membros dos órgãos da Companhia por outras razões que não a função que ocupam:

Exercício	Valor
Encerrado em 31/12/2015	R\$ 0,00
Encerrado em 31/12/2014	R\$ 1.085.676,08
Encerrado em 31/12/2013	R\$ 897.252,97

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Exercício encerrado 31/12/2015	Conselho de Administração 1	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 19.722.626,02	NA	NA	R\$ 19.722.626,02
Controladas do emissor	NA	NA	NA	NA
Sociedades sob controle comum	R\$ 477.011,78	NA	NA	R\$ 477.011,78

¹Parte dos valores foram pagos a membros do Conselho de Administração foi realizada em dólares americanos. Para conversão foi utilizada a média da cotação de cada mês em que houve pagamento.

Exercício encerrado 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	USD 801.666,71	NA	NA	USD 801.666,71
Controladas do emissor	R\$ 3.335.960,88	NA	NA	R\$ 3.335.960,88
Sociedades sob controle comum	NA	NA	NA	NA

Exercício encerrado 31/12/2013 (9 meses)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	USD 524.166,70	NA	NA	USD 524.166,70
Controladas do emissor	R\$ 2.296.020,46	NA	NA	R\$ 2.296.020,46
Sociedades sob controle comum	NA	NA	NA	NA

13.16. Outras informações julgadas relevantes:

Não há.

ANEXO IV - INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional dos membros indicados para compor o conselho de fiscal.

Membros do Conselho Fiscal					
Nome	Profissão	Idade	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Nadir Dancini Barsanulfo	Advogada	65 anos	Conselheiro	30/04/2015	Próxima AGO
Sérgio Roberto Ferreira da Cruz	Economista	59 anos	Conselheiro Suplente	30/04/2015	Próxima AGO
Celso Renato Geraldin	Contador	45 anos	Conselheiro	30/04/2015	Próxima AGO
Marcos Aurélio Borges	Contador	44 anos	Conselheiro Suplente	30/04/2015	Próxima AGO
Alberto Asato	Administrador	60 anos	Conselheiro	30/04/2015	Próxima AGO
Edison Andrade de Souza	Contador	63 anos	Conselheiro Suplente	30/04/2015	Próxima AGO
José Mauricio D'Isep Costa	Contador	49 anos	Conselheiro	30/04/2015	Próxima AGO
Norton dos Santos Freire	Contador	61 anos	Conselheiro Suplente	30/04/2015	Próxima AGO
Marcelo Curti	Economista	53 anos	Conselheiro	30/04/2015	Próxima AGO
Edgard Massao Raffaelli	Administrador	62 anos	Conselheiro Suplente	30/04/2015	Próxima AGO

NADIR DANCINI BARSANULFO - 276.175.488-34

A Sra. Nadir Dancini Barsanulfo é membro do Conselho Fiscal da COMGÁS desde 11/2012. Bacharel em Direito com pós-graduação em Ciências Contábeis pela FGV, iniciou sua carreira na Esso Brasileira de Petróleo em 1968, exercendo atividades nas áreas de logística, controladoria, finanças, auditoria e tributos. Em 1998 assumiu a Diretoria Tributária da Esso, em 2009 a mesma posição na Cosan S.A. e, em 2011 na Raízen S.A., onde se aposentou em dezembro de 2012, após mais de 44 anos de trabalho. Atualmente presta serviços de consultoria tributária para as empresas do Grupo Cosan. Nos últimos cinco anos exerceu cargos de Diretoria nas empresas Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. (até 05/2011), BlueWay Trading Importação e Exportação S.A., Petróleo Sabba S.A., Raízen Fuels Finance Ltd., Raizen Energy Finance Ltd. e Raízen Cayman Ltd., (todos até 12/2012), bem como cargos de Conselheira Fiscal na Fundação Raízen, RaizPrev Entidade de Previdência Privada, Logum Logística S.A. (todas até o final de 2012) e na Futura Entidade de Previdência Privada (desde 08/2012).

SÉRGIO ROBERTO FERREIRA DA CRUZ - 352.453.107-59

O Sr. Ferreira da Cruz, formado na Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, e pós graduado em Análise de Sistemas na IBAM / PUC RJ, iniciou carreira profissional na Esso Brasileira de Petróleo (Grupo ExxonMobil), em 1973, na área de Contabilidade e Controladoria. Além disso, ele integrou a Diretoria Tributária do SINDICOM. Mais recentemente participou da reestruturação das áreas Tributárias do Grupo Cosan e da criação da Raízen (join venture da Cosan com a Shell), liderando os projetos e estabelecendo as melhores práticas. Em dezembro de 2011, Sérgio Roberto Ferreira da Cruz se aposentou e abriu a SRFCRUZ Consultoria Empresarial LTDA, onde atuou como Consultor Tributário, prestando serviço para diversas empresas, entre elas: Grupo Cosan (compreendendo a Cosan Lubrificantes e Especialidades, Rumo Logística e a Comgás). Raízen Combustíveis S.A., Raízen Energia S.A. (Produção de Etanol e Açúcar), SINDICOM (Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Fabricantes de Lubrificante) e outras empresas de consultoria, através de parcerias.

CELSO RENATO GERALDIN - 116.189.468-38

Membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) (1995), pós-graduado em finanças pela

Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP (1999) e com MBA em Finanças e Controladoria pela FGV (2001). O Sr. Geraldin, possui mais de 18 anos de experiência na área administrativa financeira, tendo ocupado posições executivas em diferentes áreas. Atuou no Grupo Cosan por mais de 15 anos, desempenhando as funções executivas na áreas contábil/financeira e atuou na empresa Mause S.A. Equipamentos Pesados, como Diretor Administrativo e Financeiro. Além dos conhecimentos na área administrativa financeira, possui vasto conhecimento em reestruturações societárias e planejamento tributário.

MARCOS AURÉLIO BORGES - 131.026.448-13

Marcos Aurélio Borges é graduado em Direito pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas de Limeira (SP). Tem ampla experiência no gerenciamento de tributos diretos, indiretos e previdenciários, principalmente no setor de agronegócio, planejamento tributário, recuperação de créditos fiscais, atendimento à fiscalização nos âmbitos Federal, Estaduais e Municipais, bem como implementação de melhorias em sistemas ligados a área.

ALBERTO ASATO - 710.704.198-34

Membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2009 até 2011 e eleito novamente em 2013. Graduou-se em Administração de Empresas nas Faculdades Integradas de Marília em 1978. Exerceu sempre atividades no agronegócio, iniciando a carreira em 1976 na indústria de óleos vegetais. Entre 1980 e 2002 atuou como diretor de empresas rurais ligadas ao Grupo NovAmérica, na implantação e desenvolvimento de projetos agropecuários no Brasil, Paraguai e Bolívia. Entre 2001 e 2003 foi membro do Conselho Consultivo da Lagoa da Serra S.A.. A partir de 2002 ocupou a função de diretor superintendente da NovAmérica S.A. Agroenergia e Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

EDISON ANDRADE DE SOUZA - 710.864.398-72

Edison Andrade de Souza é graduado em Ciências Contábeis na Faculdades Integradas de Marília e em Direito pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, com MBA em Gestão de Negócios pela Fundace USP. Tem ampla experiência em contabilidade, administração financeira, análise de investimentos e viabilidade econômica, gerenciamento de projetos e implantação de sistemas, e vivência de mais de 30 anos no setor sucroalcooleiro.

JOSÉ MAURICIO D'ISEP COSTA – 915.613.707-97

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Vila Velha – Espírito Santo e MBA em Controladoria pela Fundação Getulio Vargas – FGV RJ/CEAG. Vice-Presidente Financeiro da Vicunha Têxtil S.A. desde janeiro de 2010, membro do Conselho Fiscal da Cia Fiação Santo Antonio desde abril de 2011 e membro do Conselho de Administração da Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários desde janeiro de 2010.

NORTON DOS SANTOS FREIRE – 900.432.518-20

Bacharel em Ciências Contábeis pela FAI em 1989. Sócio da Addvalue Assessoria e Consultoria desde dezembro de 2005. Professor da Faculdade São Luís (São Paulo), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte) e do Seminário Paulopolitano – FAI (São Paulo). Curso de formação docente pela Price Waterhouse a partir de conteúdo desenvolvido na Inglaterra.

MARCELO CURTI – 036.305.588-60

Economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado – São Paulo (FAAP) em 1985, pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) em 1986, é sócio diretor da RIO BRANCO Consultores Associados Ltda e da MAIOL Assessoria em Gestão Empresarial Ltda. Atuou no Grupo Safra de 1981 a 2008, quando exercia o cargo de Diretor Estatutário. Membro do Conselho Fiscal da Duke Energy S.A. e da Hypermarchas S.A.

EDGARD MASSAO RAFFAELLI – 050.889.138-85

Administrador de Empresas formado pela Fundação Getulio Vargas em 1989, sócio da Rio Branco Consultores Associados Ltda. Membro do Conselho Fiscal do Tucça – Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) administradores da Companhia:

Não aplicável para os membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

- b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia**

Não aplicável para os membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

- c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Não aplicável para os membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

- d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e Indiretas da Companhia**

Não aplicável para os membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os administradores da Companhia e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

Não aplicável para os membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

- b) controlador direto ou indireto da Companhia**

Não aplicável para os membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

- c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não há.